

40 ANOS DA PPE

Octavio Augusto Fontes Tourinho*

Em 2011, a revista *Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE) completa 40 anos de existência. Durante essas quatro décadas ela vem dando uma contribuição de valor inestimável ao desenvolvimento do conhecimento científico em economia no Brasil, atuando como um dos principais veículos de disseminação de estudos acadêmicos na área. Indexada pelas mais importantes publicações de referência internacionais,¹ a PPE é reconhecida como um dos mais respeitados canais de divulgação da profissão no Brasil, pois ocupa o nível mais alto na classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Qualis) para as revistas brasileiras de economia.

A revista atingiu esse nível graças a um processo sistemático e consistente de exame, feito por membros da comunidade acadêmica com reputação estabelecida na área, dos artigos que recebe para publicação. Como nas outras principais revistas técnicas, a revisão acadêmica não visa apenas selecionar os artigos, mas melhorá-los. A maioria dos pareceres incluiu sugestões aos autores no sentido de esclarecer, corrigir, estender ou eliminar partes dos artigos, visando aprimorá-los.

Desde 1971 foram publicados mais de 800 estudos teóricos ou empíricos sobre uma ampla gama de temas referentes aos problemas econômicos brasileiros. Com periodicidade quadrimestral, cada edição é composta de cinco ou seis artigos, perfazendo cerca de 200 páginas impressas.

O impacto da PPE no desenvolvimento da literatura técnica em economia no Brasil tem sido grande. Isto se constata em Azzoni (2001), que avalia o desempenho das revistas técnicas brasileiras de economia no período 1970-2001 usando como métrica o número de citações recebidas pelos artigos saídos em cada uma nos cinco anos seguintes à publicação. Lá se verifica que a PPE recebeu o maior número de citações naquele período, correspondentes a 34,9% do total. Considerando dados apenas até 1998, Azzoni (2000) mostra que o número médio de citações dos artigos publicados na PPE nas décadas de 1970 e 1980 foi superior a 1, bem maior que qualquer outra revista, passando para cerca de metade disto no início da década de 1990. Desde meados da década de 1990, entretanto, a proeminência da PPE relativamente às outras revistas se diluiu, e seus índices de impacto se aproximaram daqueles das outras principais revistas nacionais.

* Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1. *Journal of Economic Literature Index, Social Sciences Index, American Political Science Review, EconLit e Social Science Research Network (SSRN).*

Em 1995, quando a PPE completou 25 anos, Edmar Bacha fez uma síntese dos aspectos principais que marcaram sua evolução até então. Apontou o seu papel na consolidação do rigor científico na discussão de temas econômicos no Brasil, e como canal de divulgação dos estudos dos economistas do Ipea. Sua característica de canal preferencial para a pesquisa empírica, que encontrasse aplicação na melhora da realidade econômica do país, se desenvolveu neste período. A seguir são sintetizados os principais aspectos do desenvolvimento da PPE a partir do seu 25º aniversário.

1 O FUNCIONAMENTO DA REVISTA

O funcionamento da revista é regulado por um regimento. O primeiro foi editado em abril de 1991 e vigorou até maio de 2003, quando foi revisto. Apesar de a PPE ser editada pelo Ipea, é o seu Corpo Editorial que se responsabiliza por todas as decisões quanto ao conteúdo. Portanto, ele atua também como Conselho Científico da revista. Até a reforma do regimento, em 2003, não havia membros externos ao Ipea entre os integrantes do Corpo Editorial. Eles foram introduzidos naquela ocasião para aumentar a representação da comunidade acadêmica na direção da revista e atender a uma recomendação da Capes/CNPq.

Os textos submetidos para publicação são inicialmente avaliados pelo editor quanto à sua inserção na política editorial da revista. Aqueles aceitos para apreciação são submetidos a pelo menos dois pareceristas de conhecimento amplamente reconhecido no tema no qual o artigo se insere. Tanto o autor permanece anônimo para os pareceristas, como aqueles para este.

As contribuições dos pesquisadores do Ipea são processadas exatamente do mesmo modo que aquelas de pesquisadores da comunidade acadêmica, não se oferecendo nenhum privilégio aos economistas “da casa”. No conjunto dos artigos publicados nos últimos 15 anos, apenas cerca de 16% contavam com pesquisadores do Ipea entre os autores. Verifica-se portanto que, apesar de conservar sua característica de veículo preferencial para divulgação da produção do Ipea, a PPE é de fato um patrimônio da academia brasileira em economia como um todo.

Os artigos podem ser submetidos em português ou inglês, mas são publicados apenas em português. O Corpo Editorial debateu em várias ocasiões a conveniência de publicar artigos também em inglês, mas optou por não fazê-lo. Pesou aí o fato de a PPE ser editada por um órgão do governo brasileiro, e a percepção de que isto facilitaria a divulgação do tipo de artigo que representa a marca registrada da revista: os estudos aplicados sobre a economia brasileira. Outro aspecto que pesou naquela decisão diz respeito à qualidade editorial, que seria muito difícil de assegurar numa língua estrangeira. Contudo, essa questão vem sendo novamente discutida no âmbito do Corpo Editorial e, diante da crescente necessidade de diálogo com

a comunidade acadêmica internacional e das maiores facilidades para revisão de textos em língua estrangeira propiciadas pela internet, é possível que a PPE passe a publicar artigos também em inglês.

Em abril de 2004 a revista solicitou ao CNPq apoio para o seu projeto de informatização, no âmbito do Programa de Apoio a Publicações Científicas daquele órgão, e recebeu em dezembro do mesmo ano recursos para aquisição de equipamentos e implantação do sistema para disponibilizar a revista na *web* e acompanhamento de sua editoria *on-line*. Adotou-se um *software* livre de editoração eletrônica de revistas denominado *Open Journal Systems*.² Sua implementação ocorreu ao longo do ano de 1995 e ficou a cargo do Serviço de Informática do Ipea. A PPE foi pioneira entre as revistas de economia do Brasil nesta iniciativa, depois adotada pela maioria de suas congêneres.

O projeto de informatização se revelou um sucesso, na medida em que agilizou o processamento dos artigos e aumentou em muito a divulgação dos artigos publicados na PPE. Atualmente, todos os artigos publicados desde o início da PPE estão disponíveis sem restrições na *web-page* da revista.

2 CONTEÚDO E POLÍTICA EDITORIAL

A revista só analisa, com vistas à eventual publicação, artigos com conteúdo inédito, tanto no país quanto no exterior, que contribuam de modo significativo para o avanço do conhecimento científico do tema a que se refere. Cabe ressaltar que as contribuições não precisam ser metodológicas; a replicação para o Brasil de metodologia usada no exterior pode ser aceita, desde que contribua para a melhor compreensão da realidade econômica brasileira.

Deve-se destacar que a revista nunca rejeitou ou aceitou artigos tendo a ideologia como critério. Sempre foi uma revista plural, e frequentemente publicou artigos cujas conclusões colocavam em questão a visão oficial do governo, ou aquela dominante na profissão. O elemento fundamental na avaliação dos artigos submetidos sempre foi a argumentação lógica, a consistência metodológica, e o embasamento da sua abordagem no estado da arte da literatura econômica da área. O único compromisso sempre foi a qualidade, avaliada através da escolha de pareceristas competentes e compromissados com a excelência acadêmica.

Os artigos, em sua maioria, focaram a experiência brasileira e, de modo geral, tiveram uma preocupação aplicada. Os principais temas abordados e a quantidade dos artigos sobre cada um são mostrados no quadro 1.³

2. Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/?q=ojs>>

3. Há alguma subjetividade na classificação dos artigos, e o quadro em questão visa apenas dar uma ideia geral da sua distribuição por temas.

QUADRO 1

Distribuição dos artigos por tema

Código JEL	Tema	% do total
E	Macroeconomia e economia monetária	16,9
F	Economia internacional	15,1
J	Economia do trabalho e demografia	12,4
L	Organização industrial	9,5
I	Economia da saúde, educação e bem-estar	8,4
Q	Economia agrícola e meio ambiente	8,0
H	Economia do setor público	7,4
O	Desenvolvimento econômico e crescimento	6,9
R	Economia urbana, rural e regional	4,5
B	História do pensamento econômico	2,8
N	História econômica	2,8
G	Finanças	2,0
C	Métodos matemáticos e quantitativos	1,6
D	Microeconomia	0,7
Y	Categorias diversas	0,5
A	Economia e ensino	0,3
K	Direito e economia	0,1
P	Sistemas econômicos	0,1
M	Administração de empresas	0,0

Fonte: Elaboração própria.

Faria (2010) calcula o número de citações dos artigos no Google Scholar (GS). O GS captura diferentes tipos de citações, que incluem aquelas em revistas acadêmicas, em textos para discussão, livros e muitos outros veículos, como artigos apresentados em conferências, revistas, relatórios etc. Segundo ele, a estatística do número de citações no GS dá uma ideia do impacto no público em geral, e não apenas na academia de um campo estreito de pesquisa, capturado pela número de citações em revistas acadêmicas. Portanto, aquele estudo complementa e estende a análise de Azzoni (2000, 2001), pois considera um indicador de impacto mais abrangente, e porque sua amostra inclui dados mais recentes.

Segundo ele, os dez artigos publicados na PPE mais citados desde 1990 são:⁴

- Bonelli, R.; Fonseca, R. *Ganhos de produtividade e de eficiência*, v. 28, 1998;
- Varsano, R. *A evolução do sistema tributário brasileiro*, v. 27, 1997;

4. Para mais detalhes, ver Faria (2010).

- Rossi, J.; Ferreira, P. *Evolução da produtividade industrial brasileira*, v. 29, 1999;
- Gomes, V.; Pessoa, S.; Veloso, F. *Evolução da produtividade total dos fatores*, v. 33, 2003;
- Rocha, S. *Do consumo observado à linha de pobreza*, v. 27, 1997;
- Pinheiro, A. *Impactos microeconômicos da privatização no Brasil*, v. 26, 1996;
- Saboia, J. *Desconcentração industrial no Brasil*, v. 30, 2000;
- Baumann, R. *Uma avaliação das exportações intrafirma do Brasil*, v. 23, 1993;
- Albernaz, A.; Ferreira, F.; Franco, C. *Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro*, v. 32, 2002;
- Moreira, M.; Najberg, S. *Abertura comercial: criando ou exportando empregos?*, v. 28, 1998.

Verifica-se na lista acima a prevalência de estudos aplicados à economia brasileira, a variedade de tópicos já observada no quadro 1, e a presença de alguns dos artigos mais citados (segundo o critério baseado no GS) dentre todos os publicados nas principais revistas acadêmicas brasileiras em economia (ver FARIA, 2010).⁵ Usando como métrica a proporção de citações totais em revistas acadêmicas, os artigos publicados pela PPE que atingiram maior penetração entre os economistas foram os de Rossi e Ferreira (1999) e Moreira e Najberg (1998), com 24%.

A lista seria diferente se fossem consideradas apenas as citações em revistas acadêmicas e, especialmente, se fosse levado em conta o fator de impacto delas, como em Issler e Pilar (2002). Uma indicação do peso das citações não acadêmicas é a proporção das citações totais do GS que ocorreram em revistas acadêmicas que, na PPE, foi de cerca de 16%, se excluídas as autocitações.⁶ No entanto, deve-se apontar que o índice de citações baseado no GS caminha no sentido da ampliação de escopo que se observa ao comparar Issler e Pilar (2002) e Issler e Ferreira (2004), pois este último trabalho considera teses, livros, capítulos de livros e documentos de trabalho ainda não publicados, além de artigos em periódicos com corpo editorial e pareceristas, para construir o seu índice de produtividade acadêmica.

5. *Economia Aplicada* (EA), *Estudos Econômicos* (EE), *Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE), *Revista Brasileira de Economia* (RBE), *Revista de Econometria* (RE), e *Revista de Economia Política* (REP).

6. Segundo Faria (2010), apenas 21% das citações no GS se referem a revistas acadêmicas, proporção que cai para 17% excluídas as autocitações, e apenas 5,5% são em revistas acadêmicas internacionais.

3 CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos 40 anos, a PPE vem desempenhando um importante papel para o desenvolvimento da ciência econômica no Brasil, divulgando muitos dos principais trabalhos da produção acadêmica nacional e contribuindo para a consolidação do rigor metodológico como base para o debate de políticas públicas no país.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C. R. Desempenho das revistas e dos departamentos de economia brasileiros segundo publicações e citações recebidas no Brasil. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 786-822, 2000.

_____. Onde vender o peixe? Repercussão das principais revistas brasileiras de economia na virada do século. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 884-894, 2001.

BACHA, E. 25 anos de PPE. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 3-6, abr. 1995.

FARIA, J. R. Most cited articles published in Brazilian Journals of economics: Google Scholar rankings. **Revista Economia**, v. 11, p. 1-25, 2010.

ISSLER, J. V.; FERREIRA, R. C. Avaliando pesquisadores e departamentos de economia no Brasil a partir de citações internacionais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 491-538, 2004.

_____.; PILLAR, T. Mensurando a produção científica internacional em economia de pesquisadores e departamentos brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 323-381, 2002.